

LAUDO TÉCNICO DE ACESSIBILIDADE

**Prefeitura Municipal de Vargem-SP
Agosto 2024**

Local: FÁBRICA DE SUCO (GALPÃO DESATIVADO)

Endereço: R. DOUTOR ADIB DEMETRIO DAUAR, 1120 - CENTRO, VARGEM/SP

Sumário

Laudo Técnico de Vistoria - Acessibilidade	3
1. Identificação e Localização	3
2. Objetivo	4
3. Metodologia Utilizada.....	4
4. Abreviaturas.....	5
5. Caracterização da Edificação.....	5
6. Análise Geral.....	6
6.1 Estacionamento.....	7
6.1.1 Principais Requisitos – Estacionamento.....	7
6.1.2 Parecer Geral – Estacionamento.....	12
6.2 Rampa.....	13
6.2.1 Principais Requisitos – Rampa.....	14
6.2.2 Parecer Geral – Rampa.....	15
6.3 Acesso e Circulação.....	15
6.3.1 Principais Requisitos – Acesso e Circulação.....	16
6.3.2 Parecer Geral – Acesso e Circulação.....	17
6.4 Sanitário P.C.R.....	17
6.4.1 Principais Requisitos – Sanitário P.C.R.....	18
6.4.2 Parecer Geral – Sanitário P.C.R.....	18
6.5 Mobiliário Urbano.....	19
7. Considerações Finais.....	19
8. Encerramento.....	19

Laudo Técnico de Vistoria – Acessibilidade

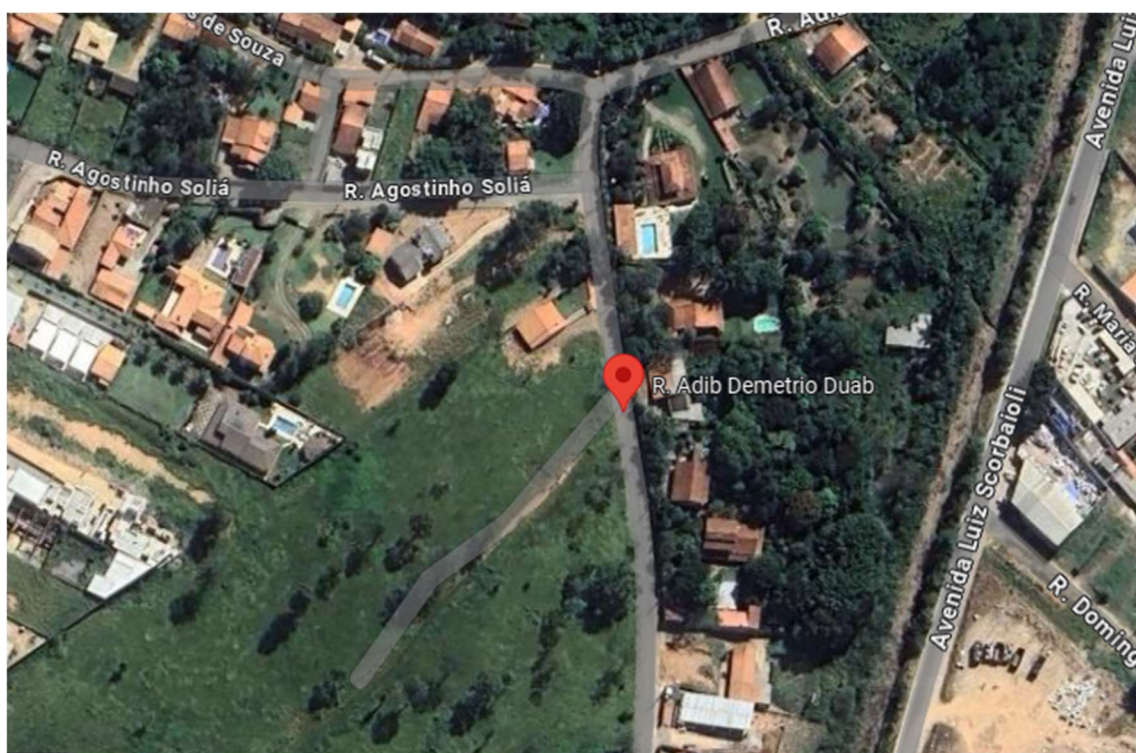
1. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO:

1.1 Interessado: Município de Vargem–SP

1.2 CNPJ: 67.160.507/0001-83

1.3 Imóvel objeto da Vistoria: R. Adib Demetrio Dauar, 1120 - Centro, Vargem/SP

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DA FÁBRICA DE SUÇO, R. DOUTOR ADIB DEMETRIO DAUAR, 1120, CENTRO, VARGEM/SP



FONTE: GOOGLE EARTH

2. OBJETIVO:

O presente Laudo tem por objetivo avaliar as condições em relação à acessibilidade das instalações da da Antiga Fábrica de Suco (Imóvel Desocupado), atestando as condições favoráveis e/ou apontando não conformidade, e ainda, indicando as referências normativas para adequações das não conformidades.

3. METODOLOGIA UTILIZADA:

Para a elaboração deste Laudo foram realizadas vistorias in loco, observando as questões relativas a acessibilidades, tendo como base o seguinte:

- Estacionamento;
- Rampa
- Acesso e Circulação;
- Sanitário P.C.R.

Este Laudo foi elaborado com base na legislação específica sobre acessibilidade, em vigor na esfera federal e estadual:

- Lei Federal 10.098 de 19/12/2000; estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Decreto Federal 5.296 de 2004; estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Lei Estadual 12.548 de 27/02/2007; consolida a legislação relativa ao idoso.
- Lei Federal 13.146 de 06/07/2015; institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- Decreto Federal 9.404 de 11/06/2018; dispõe sobre a reserva de espaços e assentos em teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares para pessoas com deficiência, em conformidade com o art. 44

da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

- Resolução 973 do Contran - Aprova o Volume IV – Sinalização Horizontal, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito;
- NBR NM 313 - Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação – Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência;
- NBR 9050/2021 da ABNT – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- Decreto Federal 10.014 de 06/09/2019; estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

4. ABREVIATURAS:

- M.R. - Módulo de Referência;
- P.C.R. - Pessoa em Cadeira de Rodas;
- P.M.R. - Pessoa com Mobilidade Reduzida;
- P.O. - Pessoa Obesa;
- P.D.V - Pessoa com Deficiência Visual;
- S.I.A. - Símbolo Internacional de Acesso;
- A.B.N.T. - Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- N.B.R. - Normas Brasileiras Regulamentadoras.

5. CARACTERIZAÇÃO DA EDIFICAÇÃO:

O terreno ocupado pela edificação que abriga o Antiga Fábrica de Suco (Imóvel Desocupado), faz frente para a R. Doutor Adib Demetrio Dauar, 1120. Atualmente desocupada, a edificação não cumpre os requisitos obrigatórios de acessibilidade estabelecidos pela NBR 9050/2021. Para assegurar a conformidade, será necessária uma intervenção abrangente, incluindo a implementação de todas as adequações requeridas.

A seguir, será fornecida uma análise detalhada de cada aspecto que precisa ser ajustado, com a apresentação específica dos itens que necessitam de regularização para garantir a acessibilidade plena e a conformidade com as normas vigentes.

FOTO 1 – FACHADA PRINCIPAL



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

6. ANÁLISE GERAL:

Com base na caracterização do imóvel descrita no tópico anterior, seguiremos com a análise dos itens relativos à acessibilidade do imóvel. A descrição de cada item seguirá uma forma padronizada, onde primeiramente caracterizaremos a situação, objeto da análise. Serão posteriormente descritos os principais requisitos que tangem a análise, na sequência, será disposto um parecer geral, onde também serão apontadas as não conformidades, e o encerramento de cada item se dará com a determinação dos itens a serem adequados e as referências para as execuções das adequações.

6.1 ESTACIONAMENTO:

Nos estacionamentos externos ou internos das edificações de uso público ou coletivo, ou naqueles localizados nas vias públicas, devem ser reservadas vagas para pessoas idosas e com deficiência. Os percentuais das diferentes vagas estão definidos em legislação específica.

O empreendimento não dispõe de um estacionamento adequado para a instalação ou adequação de vagas especiais. Atualmente, o acesso ao prédio é realizado por uma área não pavimentada com solo não estabilizado e sem demarcação adequada. Os percentuais e a distribuição das vagas especiais estão definidos por legislação específica e devem ser incorporados e aprovados no projeto para obtenção da aprovação final.

6.1.1 PRINCIPAIS REQUISITOS – ESTACIONAMENTO:

Dimensionamento em relação a quantidade de vagas especiais:

- 2% do total de vagas de estacionamentos, observando no mínimo a existência de 1 vaga deve ser reservado para uso de P.C.R., conforme Lei Federal nº10.098 de 19/12/2000;
- 5% do total de vagas de estacionamento deve ser reservado para uso de idosos, conforme Lei Estadual nº12.548 de 27/02/2007.

Exigências em relação a localização das vagas:

- A vaga P.C.R. deve ser posicionada próximo aos acessos, conforme Lei Federal nº10.098 de 19/12/2000;
- As vagas para idosos devem ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso, conforme Lei Estadual nº12.548 de 27/02/2007;
- As vagas especiais devem compor a rota acessível, na impossibilidade de execução da rota entre o estacionamento e acessos. Para vagas especiais, deverão ser previstas as distâncias de no máximo 50m de acesso acessível, conforme item 6.2.4 da NBR 9050/2021.

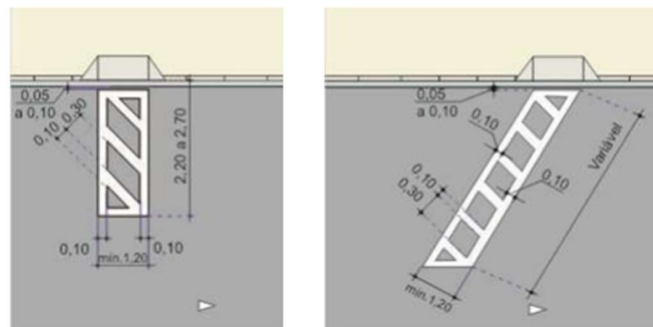
Exigências em relação a sinalização das vagas:

- A vaga P.C.R. deve ser devidamente sinalizada, conforme Lei Federal nº10.098 de 19/12/2000;
- As vagas reservadas a pessoa com deficiência ou comprometimento de mobilidade devem ser dimensionadas de forma a garantir, tanto para o condutor quanto para o conduzido, o embarque e desembarque, bem como o acesso ao local de interesse;
- A sinalização deverá ser composta por sinalizações Verticais e Horizontais.

Sinalização Horizontal:

- Cada vaga reservada deve ser demarcada com a marca delimitadora (largura de 0,10m a 0,20m, na cor branca) de estacionamento regulamentado e com o Símbolo Internacional de Acesso – SAI;
- Área de proteção de estacionamento: Trata-se de uma marca de canalização destinada a permitir o embarque e desembarque com segurança, da pessoa com deficiência com comprometimento da mobilidade. Deve estar sempre associada a marca delimitadora de estacionamento regulamentado. Deve possuir largura mínima de 1,20m e ser demarcada na cor branca, podendo ser compartilhada por 2 vagas e dispensada quando a vaga é adjacente a uma faixa de travessia de pedestres, ou quando a vaga tem largura mínima de 3,60m, conforme figura 2.

Figura 2 - MODELOS DE SINALIZAÇÃO DE MARCA DELIMITADORA.

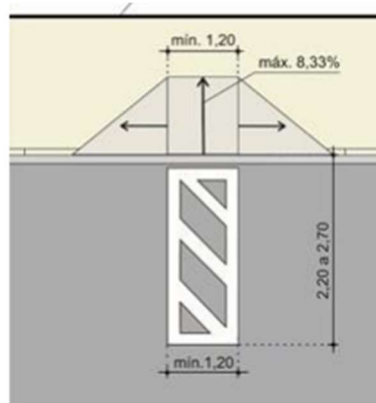


FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

- No caso de desnível entre a área de proteção de estacionamento e o passeio deve ser feito rebaixamento do piso com rampa de acesso e abas laterais. O rebaixamento deve estar associado a área de proteção de estacionamento. A rampa de acesso deve: ter largura mínima de 1,20m; ter inclinação constante e de no máximo 8,33%. A rampa de

acesso não deve: apresentar desnível (degrau) na junção com a pista; possuir piso tátil de alerta. As abas laterais devem, sempre que possível, ter uma inclinação de 8.33%, admitindo-se nos casos de impraticabilidade uma largura mínima de 0,50m. No caso de interferências físicas com impossibilidade de remoção, tais como árvores, jardins, poços de visita, colunas e outros obstáculos, as abas podem ser dispensadas. A Figura 3 apresenta um rebaixamento padrão.

FIGURA 3 - MODELOS DE REBAIXAMENTO PADRÃO



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

Vaga especial para pessoa com deficiência ou com comprometimento de mobilidade:

- Deve ser demarcada com a marca delimitadora de estacionamento regulamentado e com o Símbolo Internacional de Acesso – SIA devendo sempre estar voltado para o lado direito. Nos casos em que é necessário dar contraste com o pavimento deve ser utilizado o SIA com orla.

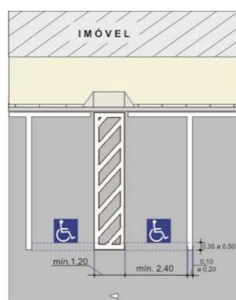
FIGURA 4 - SÍMBOLO INTERNACIONAL DE ACESSO (SIA)



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

- A vaga deve ter comprimento mínimo de 5,0m e largura mínima de 2,40m. O Símbolo Internacional de Acesso - SIA deve ser locado conforme demonstrado na figura 5:

FIGURA 5 – SINALIZAÇÃO VAGA PERPENDICULAR



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

Sinalização vertical:

- Fica a critério do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via o uso do sinal vertical de regulamentação “Estacionamento Regulamentado” – R-6b, com a mensagem “COM CREDENCIAL” e Símbolo Internacional de Acesso- SIA, conforme desenho da Figura 6, podendo ser acrescentadas informações conforme desenho da Figura 7.

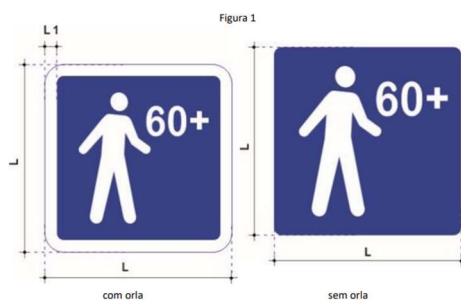
FIGURA 6 E 7 - MODELOS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DE REGULAMENTAÇÃO DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS DESTINADAS EXCLUSIVAMENTE A VEÍCULOS QUE TRANSPORTEM PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA E COM DIFICULDADE DE LOCOMOÇÃO, CONFORME RESOLUÇÃO 965/2022.



Vaga especial Idoso:

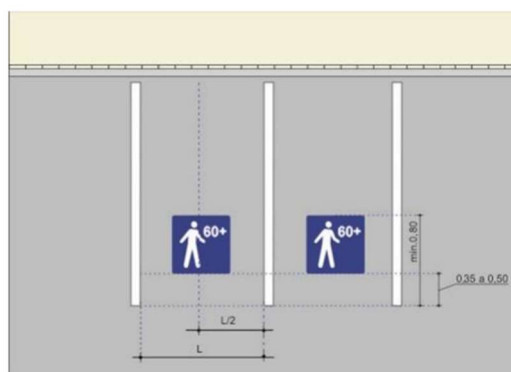
- Sinalização de vagas reservadas a pessoa idosa, deve ser demarcada com a marca delimitadora (largura de 0,10m a 0,20m, na cor branca) de estacionamento regulamentado e com o Símbolo “Idoso”, conforme figura 8.

FIGURA 8 – SÍMBOLO “IDOSO”



- A vaga destinada ao idoso, deve ter largura mínima de 2,20 m e comprimento (L) variável. O símbolo Idoso deve ser locado conforme demonstrado nas Figuras 9.

FIGURA 9 – SINALIZAÇÃO DE VAGA PERPENDICULAR



Sinalização Vertical:

- Fica a critério do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via o uso do sinal vertical de regulamentação R-6b - “Estacionamento Regulamentado”, com o Símbolo Idoso e com a mensagem “COM CREDENCIAL” conforme desenho da Figura 10, podendo ser acrescentadas informações, conforme exemplo da Figura 11.

FIGURA 10 E 11 – MODELOS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS DESTINADOS A IDOSOS, CONFORME RESOLUÇÃO 965/2022.



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

6.1.2 PARECER GERAL – ESTACIONAMENTO:

Para que a edificação possa avançar no processo de regularização e assegurar o cumprimento dos requisitos descritos neste laudo, é imperativo que o projeto de aprovação considere a total adequação aos itens aqui especificados. Em particular, será necessário proceder com a regularização integral dos aspectos estruturais do estacionamento, incluindo a pavimentação adequada do solo e a demarcação precisa das vagas, conforme item 6.1.1. Essa intervenção visa garantir a conformidade total com os requisitos de acessibilidade estabelecidos pela NBR 9050/2021.

Sendo assim, o local deve ser adaptado em sua totalidade para atender às normas vigentes, assegurando que todas as áreas e instalações estejam acessíveis e em conformidade com as exigências legais.

6.2 RAMPA:

São consideradas rampas às superfícies de piso com declividade igual ou superior a 5 %. Para garantir que uma rampa seja acessível, são definidos os limites máximos de inclinação, os desníveis a serem vencidos e o número máximo de segmentos. A edificação possui rampa de acesso para a área edificada.

O acesso à edificação apresenta um desnível significativo para pedestres, conforme evidenciado na FOTO 02. Adicionalmente, foi constatado que a edificação não possui uma rampa interna para facilitar a circulação entre os pavimentos. A ausência dessas rampas compromete a acessibilidade entre os diferentes níveis da edificação, o que é um requisito essencial conforme as diretrizes da NBR 9050/2021.

FOTO 2 – ÁREA EXTERNA



FONTE: GOOGLE EARTH

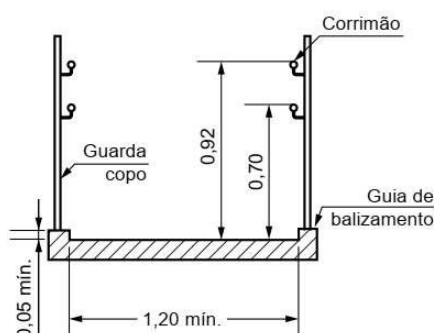
6.2.1 PRINCIPAIS REQUISITOS - RAMPA.

Dimensionamento geral das rampas, conforme item seção 6.6 da NBR 9050/2021:

- Fica estabelecida a largura recomendável de 1,50, sendo admitido 1,20 e até 0,90 (m), para adaptações em edificações existentes.

- Inclinações e números de lances são dispostos nas tabelas de dimensionamento da NBR 9050/2021.
- Corrimãos e guarda corpos, conforme item 6.9 da NBR 9050/2015.
- Continuidade e ininterrupção dos corrimãos, e avanço de 0,30 (m) paralelamente em direção ao patamar em ambas as extremidades (sem prejudicar a circulação).
- Na ausência de paredes laterais, prever elementos de segurança, como guarda-corpos e guia de balizamento.

Figura 12 – DETALHES GUIA DE BALIZAMENTO



FONTE: NBR 9050/2021

Sinalização, conforme seção 5 da NBR 9050/2021.

- Os corrimãos devem ter sinalização tátil (caracteres em relevo e em Braille), identificando o pavimento.
- Sinalização tátil e visual de alerta, no início e fim dos lances de escadas e rampas.

6.2.2 PARECER GERAL - RAMPA.

Devido à desativação do empreendimento, é necessário realizar uma reforma para que a edificação atenda plenamente às diretrizes mencionadas. As adequações necessárias devem ser integradas ao projeto para aprovação, assegurando que todas as áreas sejam acessíveis e permitam a circulação adequada de todos os visitantes. A implementação dessas melhorias é

essencial para garantir a conformidade com os requisitos de acessibilidade e promover a inclusão de forma eficiente.

6.3 ACESSO E CIRCULAÇÃO:

A rota acessível é um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos de espaços e edificações, e que pode ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas. A rota acessível externa incorpora estacionamentos, calçadas, faixas de travessias de pedestres (elevadas ou não), rampas, escadas, passarelas e outros elementos da circulação. A rota acessível interna incorpora corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores e outros elementos da circulação.

O empreendimento, em decorrência de sua inatividade, deverá prever adequação de todos os itens a serem descritos abaixo. A omissão dessas adequações comprometerá o cumprimento dos requisitos estabelecidos na Seção 6.6 da NBR 9050/2021. A conformidade com essa norma é essencial para garantir que a edificação atenda adequadamente às exigências de acessibilidade e inclusividade, assegurando a plena funcionalidade e acessibilidade das instalações para todos os usuários.

6.3.1 PRINCIPAIS REQUISITOS – ACESSO E CIRCULAÇÃO.

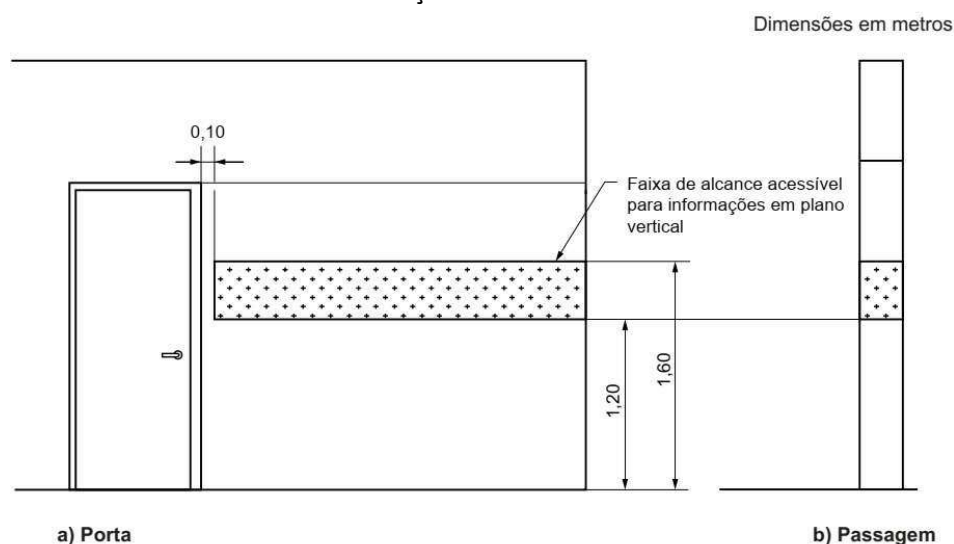
Entradas e rotas acessíveis, conforme item 6.2 da NBR 9050/2021:

- Todas as entradas, bem como rotas de interligações as funções da edificação têm de ser acessíveis. Tendo a ressalva que na adaptação de edificações, na impossibilidade técnica de garantia de acessibilidade em todos os acessos, deve se garantir a acessibilidade pelo menos no acesso principal;
- Deve ser prevista a sinalização informativa e direcional da localização das entradas e saídas acessíveis;
- Sobre a circulação nas rotas acessíveis, observa se o disposto no item 6.3 da NBR 9050/2021. Nestes itens são dispostas as exigências em relação ao tipo de circulação

horizontal e vertical; e condições gerais em relação a revestimento, inclinação e desnível; entre outros;

- Em relação a circulação interna, também observa se o disposto no item 6.11 da NBR 9050/2021;
- São dispostas as exigências em relação a largura e dimensionamento de corredores e portas;
- Exigências quanto a sinalização, são dispostas no item 5.4.1 e 5.4.2 da NBR 9050/2021;
- As portas e passagens devem possuir informação visual, associada a sinalização tátil ou sonora, devendo ser sinalizadas com números e/ou letras e/ou pictogramas e ter sinais com textos em relevo. Também são dispostos os detalhes em geral quanto a instalação destas sinalizações.

FIGURA 13 – FAIXA DE SINALIZAÇÃO ACESSÍVEL PARA PORTAS E PASSAGENS



FONTE: NBR 9050/2021

- Devem ser previstos planos e mapas acessíveis, constituídos de representações visuais, táteis e/ou sonoras, para orientação de lugares e rotas.

6.3.2 PARECER GERAL – ACESSO E CIRCULAÇÃO.

A análise do acesso e da circulação dentro da edificação demonstra que a configuração atual não está em conformidade com as diretrizes da NBR 9050/2021. Para garantir a adequação

total, é imprescindível implementar as modificações necessárias em todos os aspectos mencionados. Essas melhorias são essenciais para assegurar que a edificação cumpra integralmente os requisitos de acessibilidade e ofereça uma circulação eficiente e segura para todos os usuários.

6.4 SANITÁRIO P.C.R.:

Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis devem obedecer aos parâmetros da Norma quanto às quantidades mínimas necessárias, localização, dimensões dos boxes, posicionamento e características das peças, acessórios, barras de apoio, comandos e características de pisos e desnível. Os espaços, peças e acessórios devem atender aos conceitos de acessibilidade, como as áreas mínimas de circulação, de transferência e de aproximação, alcance manual, empunhadura e ângulo visual.

O edifício não dispõe de um banheiro que atenda adequadamente aos requisitos de acessibilidade, e suas instalações atuais não garantem uma utilização acessível. Portanto, é necessário implementar as adequações recomendadas, conforme detalhado abaixo.

6.4.1 PRINCIPAIS REQUISITOS – SANITÁRIO P.C.R..

- Exigências quanto a localização, conforme item 7.4 da NBR 9050/2021:
- Devem ser localizados em rotas acessíveis próximos a circulação principal.
- Dimensionamento quanto a quantificação, conforme item 7.4.3 e Tabela 7 da NBR 9050/2021.
- Nos edifícios públicos, existentes, deve ser previsto um sanitário acessível, com acesso independente por pavimento.
- Quanto a dimensão dos sanitários acessíveis, seguir o contido no item 7.5 da NBR 9050/2021.
- O referido item estabelece além das dimensões o posicionamento das peças sanitárias e barras, bem como, das áreas de transferência, área de manobra, entre outros.
- Demais itens da seção 7 da NBR 9050/2021, estabelece todos os requisitos a serem observados em relação aos elementos que compõe a execução do banheiro acessível.

6.4.2 PARECER GERAL – SANITÁRIO P.C.R..

O projeto de aprovação deverá contemplar a execução de um banheiro que atenda integralmente a todos os requisitos descritos abaixo, assegurando sua plena acessibilidade e adequado uso por parte de visitantes. Assegurar a conformidade com as normas de acessibilidade é essencial para garantir que o espaço seja acessível e funcional para todos os usuários.

6.4 MOBILIÁRIO URBANO – CONSIDERAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que todo mobiliário urbano atenda aos princípios do desenho universal. Proporcionando ao usuário segurança e autonomia de uso, assegurando dimensão e espaço apropriados para aproximação, alcance, manipulação e uso, postura e mobilidade do usuário, ser projetado de modo a não se constituir em obstáculo suspenso, bem como, não possuir cantos vivos, arestas ou quaisquer outras saliências cortantes ou perfurantes, estar localizado junto a uma rota acessível e ser sinalizado. Recomenda-se também que elementos do mobiliário interno sejam acessíveis, garantindo-se as áreas de aproximação e manobra e as faixas de alcance manual, visual e auditivo. Todos os elementos do mobiliário da edificação, como bebedouros, guichês e balcões de atendimento, bancos de alvenaria, entre outros, devem ser acessíveis. Quando houver local de espera com assentos, estes devem: garantir 5 % de assentos para P.O, com no mínimo um. Garantir 5 % de espaços para P.C.R., com no mínimo um, e serem sinalizados.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

As informações apresentadas neste laudo representam a situação no dia da respectiva vistoria, podendo haver alterações das condições em função de modificações ocorridas após a mesmas.

8. ENCERAMENTO:

Este Laudo é composto de 20 páginas, e assinado pelo responsável técnico pela elaboração.

São Paulo, 25 de agosto de 2024.